

O FATOR LINGÜÍSTICO NA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA SURDA

Por PATRÍCIA APARECIDA LEITE MOREIRA

RESUMO

Diante da concepção social da surdez que vem sempre acompanhada de preconceitos e estereótipos é preciso analisar o que geram tais preconceitos para buscar respostas as questões da surdez. As pessoas muitas vezes consideram os surdos como incapazes e associam a surdez com a deficiência mental, visto que o atraso na aquisição da linguagem acarreta problemas na sua aprendizagem e desenvolvimento, pois o pensamento dos surdos fica baseado em experiências concretas, havendo dificuldades de abstração. Entretanto os surdos possuem as mesmas potencialidades de desenvolvimento que as pessoas ouvintes, especialmente se tiverem acesso a um ambiente lingüístico apropriado. O presente estudo realiza uma breve reflexão sobre a importância do fator lingüístico no desenvolvimento cognitivo da criança surda. Tem por objetivo problematizar a questão do acesso a língua de sinais precocemente pelas crianças surdas como determinante para o melhor desenvolvimento das suas estruturas cognitivas. Partindo da conceituação de linguagem, desenvolvimento e aprendizagem a desenvolve a teoria sóciointeracionista relacionando com as questões da surdez. Do ponto de vista metodológico, o estudo pressupõe pesquisa bibliográfica elegendo autores como Vygotsky, Carlos Skliar, Saussure, Oliver Sacks, Marta Kohl, Ronice Quadros, Márcia Goldfeld, dentre outros que trazem discussões atuais sobre o tema. Realiza, portanto uma incursão sobre as questões relacionadas à surdez com base no aspecto da linguagem visando análises acuradas que contribuam para a compreensão da problemática em questão.

Palavras-chave: surdez – linguagem – desenvolvimento – aprendizagem – cognição.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, a surdez tem sido objeto de polêmica e incompreensão. Até hoje a surdez se constitui um desafio tanto para educadores, lingüistas, profissionais da área médica como para própria família. E a história revelou muitos conflitos no processo de compreensão da surdez que já foi considerada como maldição, loucura e patologia.

Como então podemos entender a surdez? Trata-se de uma afecção ou mesmo deficiência? Ou são os surdos apenas indivíduos diferentes, com características próprias? Há uma enorme diferença entre compreender a surdez como deficiência e compreendê-la como diferença. Aqui surge a separação de duas importantes concepções da surdez. A primeira concepção é clínico-terapêutica que entende a surdez como patologia, visando a medicalização, o tratamento, a normalização do surdo e os trata de forma assistencialista. A segunda concepção é sócio-antropológica, que entende a surdez como uma experiência visual, uma forma distinta de perceber o mundo, que tem uma maneira diferenciada de construir a realidade histórica, política e social. Essas duas concepções estão intrínsecas nas formas como os surdos são considerados pelas pessoas ouvintes.

A sociedade cria situações de exclusão deixando os surdos à margem das questões sociais tanto políticas, como culturais e educacionais. Tais situações de exclusão acontecem porque o surdo não é visto através das suas potencialidades, mas são encarados como incapazes. E essa visão que se tem dos surdos é conseqüência da incompreensão sobre a forma que os surdos vêem o mundo, bem como por associarem a surdez com a deficiência mental.

Pensar que o surdo é deficiente mental é comum devido as conseqüência do atraso na aquisição da linguagem que a maioria dos surdos sofrem. As dificuldades geradas pelo atraso na linguagem envolvem todos os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo do indivíduo surdo. Uma dessas dificuldades é a abstração de conceitos o que prende os surdos a situações mais concretas.

A partir de agora, faremos uma análise sobre as implicações do fator lingüístico para o desenvolvimento das funções cognitivas e aprendizagem nas crianças surdas. A principal questão é: se a criança surda tiver acesso desde cedo a língua de sinais, modalidade lingüística de que é capaz de adquirir naturalmente, seu desenvolvimento cognitivo seguirá normalmente?

Tal problemática se situa especialmente nas questões acadêmicas. Muitos surdos não têm acesso a altos níveis acadêmicos, mesmo já sendo comprovado que suas potencialidades de desenvolver competências e habilidades são as mesmas que as de pessoas ouvintes. E o que se percebe nas instituições de ensino é uma ausência de compromisso com as questões lingüísticas que cercam a vida dos surdos, permitindo que as barreiras comunicativas continuem a existir. Sabemos que existem muitos fatores que geram tais situações de falta de compromisso, como as políticas educacionais do sistema. Porém é importante mudar essa realidade. Atualmente os surdos têm tomado consciência disso e tem ido a busca dos seus direitos inclusive reivindicando a formação de professores surdos.

Por isso, pensando na importância das crianças surdas terem acesso à língua de sinais desde cedo na sua educação com professores surdos ou proficientes na língua de sinais, é que, conforme salientado, o presente estudo realiza uma breve reflexão sobre o fator lingüístico, especificamente a língua de sinais, relacionado à aprendizagem e a cognição dessas crianças. Essa reflexão considera também os aspectos da identidade e cultura surda que bem como a aprendizagem e a cognição estão ligadas ao fator lingüístico.

Para tais reflexões, elegeu-se como aporte teórico o sóciointeracionismo de Vygotsky e autores como Carlos Skliar, o lingüista Saussure, Oliver Sacks, Marta Kohl, Ronice Quadros, Márcia Goldfeld dentre outros que desenvolvem análises acuradas e comprometidas contribuindo assim para a compreensão do problema apresentado. Do ponto de vista metodológico, o estudo pressupõe pesquisa bibliográfica, que exige o levantamento de pesquisas atualizadas sobre o tema, e está estruturado em dois capítulos além da introdução e por ultimo, as considerações finais.

No primeiro capítulo traz as questões do desenvolvimento cognitivo das crianças surdas partindo dos conceitos de desenvolvimento, aprendizagem e linguagem. Especialmente o conceito de linguagem é fundamental para a compreensão do fator lingüístico nas crianças surdas. O capítulo segue trazendo características do individuo surdo desde a perda auditiva até as características relacionadas à identidade e cultura surda.

O segundo capítulo destaca a teoria sóciointeracionista de Vygotsky relacionada às peculiaridades do desenvolvimento cognitivo da criança surda. Em sua teoria Vygotsky dá um destaque especial para o desenvolvimento da linguagem como fator primordial para o pensamento abstrato, e discute a relação entre pensamento e linguagem. Um outro ponto importante em sua teoria está no fator do desenvolvimento sócio-histórico do individuo e nesse aspecto é salientado a questão social do desenvolvimento da linguagem, ou seja, a criança adquire linguagem devido a sua interação com o ambiente sócio-cultural que nasceu.

A linguagem é essencial ao ser humano para o estabelecimento de vários tipos de relações, para a expressão do pensamento e a constituição da subjetividade. Vygotsky ainda faz a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, concluindo que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. E nesse ponto introduz os conceitos de zona de desenvolvimento proximal, potencial e real.

Por fim, nas considerações finais retomo os pontos mais significativos para afirmar que os problemas da surdez não se encontram no fator orgânico. Mas principalmente na questão social, devido os surdos viver em ambientes sócio-culturais que não fazem uso da língua de sinais e, sendo assim, tem atraso na aquisição da linguagem e todas as dificuldades

acompanhadas dessa questão.

Retomo também a importância de se criar ambientes com condições lingüísticas favoráveis para o desenvolvimento lingüístico dos surdos, na família e na escola. Na família por se comprometerem com a aprendizagem da língua de sinais e se conscientizarem de que seu membro surdo é um ser com potencialidades. E nas escolas por buscarem cumprir os dispositivos legais através de exigências aos órgãos competentes de usarem a língua de sinais no seu contexto, mesmo sabendo que as questões lingüísticas essenciais, porém não exclusivas ao se falar de educação dos surdos.

Devido às dimensões desse trabalho, estudos posteriores podem ser desenvolvidos visando o aprofundamento de questões mais específicas como as implicações políticas na educação dos surdos, dentre outras. O principal é que tais reflexões deixem espaços para mudanças das atuais condições que a sociedade oferece para o desenvolvimento psico-social dos surdos.

1 – DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA SURDA – A LINGUA DE SINAIS E A IDENTIDADE SURDA.

Sujeito surdo como indivíduo com potencialidades
Carlos Skliar

Como pode alguém viver sem ouvir? Como essa pessoa se sente? O que pensa? O que sonha? Como consegue se comunicar? Esses são questionamentos comuns de pessoas ouvintes em relação aos surdos. Essas perguntas sempre estão acompanhadas por estereótipo, ou seja, o indivíduo surdo é visto como incapaz de se desenvolver em alguns aspectos, especialmente nos aspectos relacionados com a linguagem e a aprendizagem. Felizmente a visão em relação ao surdo vem se modificando. Hoje existe a visão da surdez que entende o sujeito surdo como um indivíduo com potencialidades conforme é defendida por Skliar:

“(...) potencialidade como direito à aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua; potencialidade de identificação das crianças surdas com seus pares e com os adultos surdos; potencialidades de desenvolvimento de estruturas e funções cognitivas visuais; potencialidades para uma vida comunitária e de desenvolvimento de processos culturais específicos (...) (SKLIAR, 1998, p.26)”.

A cultura, a linguagem e o diálogo são fatores essenciais para o desenvolvimento do indivíduo. É justamente esta a área comprometida no surdo. A conclusão é que as conseqüências da surdez ultrapassam as dificuldades comunicativas e atinge todas as áreas do desenvolvimento. Por isso reconhecer o surdo em todas as suas potencialidades é fundamental. O desenvolvimento lingüístico e a aprendizagem de uma língua são fundamentais para a formação da cognição. Embora a criança surda se depare com muitas dificuldades devido aos aspectos do desenvolvimento lingüístico, suas potencialidades de desenvolvimento de estruturas e funções cognitivas são as mesmas que as das crianças ouvintes.

Para compreender o desenvolvimento cognitivo da criança surda é interessante analisar os conceitos de desenvolvimento, linguagem e aprendizagem relacionando com o contexto da surdez.

Em sentido estrito, desenvolvimento denota crescimento, progresso. Desde sua concepção o indivíduo humano passa por um processo de crescimento bio-psico-social que se estende ao longo de sua vida. Esse desenvolvimento está intimamente relacionado com a aprendizagem, ou seja, o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes e valores a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente e as outras pessoas. Nesse aspecto, a aprendizagem tem um significado que sempre envolve interação social, relacionando-se com a aquisição da linguagem e a cognição.

A aquisição da linguagem é um fator de suma importância no desenvolvimento da criança, pois essa aquisição permite sua entrada no mundo simbólico. É a partir da sua entrada no mundo dos signos que as funções mentais superiores são operadas. Nesse sentido, uma importante noção de Vygotsky é perceber a linguagem não apenas como fator de comunicação, mas também como função reguladora do pensamento. É pela linguagem que se constitui o pensamento do indivíduo. Assim a linguagem está sempre presente no indivíduo, mesmo nos momentos que este não está se comunicando com outras pessoas. A linguagem constitui o indivíduo, a forma como este recorta e percebe o mundo e a si próprio.

A aquisição da linguagem se dá através de canais sensoriais, sendo a audição um canal sensorial de extrema importância. Por isso a perda auditiva interfere na aquisição da linguagem e em praticamente todas as dimensões do desenvolvimento da criança. Significa, então, que a criança surda apresentará dificuldades e déficits na sua aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e por não adquirir a linguagem?

Não necessariamente, pois a linguagem não se resume apenas à modalidade auditiva oral que necessita do canal sensorial da audição para ser adquirida, mas é um aspecto muito mais abrangente e as crianças surdas desenvolvem a linguagem, porém numa modalidade diferente da linguagem dos ouvintes. Por isso é importante compreender o que é linguagem para especificar bem essa questão.

Entende-se por linguagem tudo quanto serve para expressar idéias, sentimentos, modos de comportamento. Linguagem também é todo sistema de signos que serve de meios de comunicação entre indivíduos e pode ser percebido pelos diversos órgãos do sentido, o que leva a distinguir-se uma linguagem visual, uma linguagem auditiva, uma linguagem tátil, etc.

Embora a audição seja o canal importante na aquisição da linguagem, não é o único. A linguagem pode ser percebida pelos diversos órgãos do sentido e por isso distinguimos linguagem oral e linguagem visual. A criança surda não pode adquirir uma linguagem oral, mas o sentido da visão lhe permite a aquisição de um tipo específico de linguagem visual, a linguagem de sinais.

1.1 – A LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO DOS SURDOS.

A linguagem de sinais é uma linguagem específica, cinematográfica pictórica, pois utiliza a visão para captar a mensagem e movimentos, principalmente das mãos, para transmitir as mensagens. Atualmente as linguagens de sinais possuem status lingüístico, ou seja, são reconhecidas como línguas. Então corretamente falando, não se trata de uma linguagem de sinais, mas de uma língua de sinais. Por que língua e não linguagem? Há distinção entre língua e linguagem?

Língua é o conjunto de palavras e expressões usadas por um povo, e o conjunto de regras da sua gramática. Para o lingüista Saussure a linguagem é formada pela língua, pois esta última é tida como um sistema de regras abstratas, ou seja, a língua é o aspecto social da linguagem, já que é compartilhada por todos os falantes de uma comunidade lingüística. Língua também é um conjunto de significações humano que usa de códigos finitos para representar um sem número de significados, como é o caso do alfabeto latino usado pela língua portuguesa.

Relacionando as línguas orais com as línguas de sinais temos a fala e o sinal. A fala é ação ou faculdade de falar, aquilo que se exprime por palavras e sinal é tudo que faz lembrar ou representar uma coisa, um fato ou um fenômeno presente, passado ou futuro; é a demonstração exterior do que se pensa, do que se quer; e, especificamente, que se aplica ainda mais ao contexto lingüístico, sinal é traço ou conjunto de traços que tem sentido convencional. É comum a confusão de que a língua de sinais é simples gestos ou mera

mímica. Gestos são movimentos do corpo, especialmente da cabeça e dos braços, para exprimir idéias, são espontâneos e naturais. Por outro lado à mímica é a arte de imitar, de exprimir o pensamento por meio de gestos, é pura imitação. E o sinal, especialmente aqueles usados pelas línguas sinalizadas, ou seja, com contexto lingüístico, é convencional, tem significado combinado por um grupo social e enquadra-se na definição de língua por Saussure quanto ao aspecto social que o sinal desempenha na comunidade lingüística dos surdos.

É cientificamente comprovado que o ser humano possui dois sistemas para a produção e reconhecimento da linguagem: o sistema sensorial que faz uso da anatomia visual / auditiva e vocal, característica das línguas orais, e o sistema motor que faz uso da anatomia visual e da anatomia da mão e do braço que caracteriza as línguas de sinais. Essa é considerada a língua natural dos surdos, emitida através de sinais e com estrutura sintática própria. Na aquisição da linguagem, os surdos utilizam o sistema motor porque apresentam o sistema sensorial (audição) seriamente prejudicado. Assim, sinal é a língua natural do surdo e, no aspecto funcional, é igual à fala para o ouvinte, pois possui sintaxe, gramática e semântica completas que permite desenvolver a expressão de emoções e articulação de idéias.

Até pouco tempo apenas às línguas orais, ou seja, as línguas produzidas pelo aparelho fonador articulador e compreendidas através da audição, tinham status lingüísticos. Na década de sessenta William Stokoe começou um estudo sobre as línguas de sinais onde concluiu que as línguas sinalizadas apresentavam os mesmos elementos das línguas orais e demonstrou que sinal é um sistema lingüístico complexo, com léxico, gramática e sintaxe espacial e tridimensionais. Segundo Sacks, os complexos esquemas espaciais do sinal na língua de sinais fazem com que os objetos e fenômenos estejam situados em um contexto esquemático de relações e localizações específicas que constituem sua gramática própria, ou seja, os surdos fazem o uso lingüístico do espaço (SACKS, 1990).

No Brasil, em 2002, a língua de sinais adquire status lingüístico com a sanção da Lei nº 10.436.

“É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (art. 1º).

E é compreendida como

“... forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (Parágrafo único.).

Diante dessas questões, pode-se concluir que o portador de surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento lingüístico que a pessoa ouvinte, precisando, somente, que tenha suas necessidades comunicativas supridas.

Após as definições dos conceitos de desenvolvimento, aprendizagem e linguagem, essenciais para compreensão dos conteúdos que serão abordados, é possível iniciar análises sobre a importância da língua de sinais, que é legalmente reconhecida, no desenvolvimento lingüístico e global da criança surda, com o objetivo de refletir sobre a necessidade da criança surda ter acesso à língua de sinais como subsidio lingüístico fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo satisfatório.

1.2 – CARACTERIZANDO O SUJEITO SURDO: DA PERDA AUDITIVA À IDENTIDADE E CULTURA SURDA

A influência da surdez sobre o indivíduo mostra características particulares no seu desenvolvimento biológico, psicológico e social. Sem dúvida a comunicação é o alicerce da vida do indivíduo em todas as suas manifestações como ser social. E por muito tempo se acreditou que a surdez acarretasse problemas intelectuais e de ajustamento na sociedade.

Para analisar essas questões é importante caracterizar o sujeito surdo desde a perda auditiva que consiste na necessidade do uso da língua de sinais, até aspectos pertinentes a sua identidade ou, como se tem discutido atualmente, a cultura surda.

A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. A audição é geralmente medida e descrita em decibéis (dB), uma medida relativa da intensidade do som. A audição normal é representada por zero decibéis e a perda auditiva de até vinte e cinco decibéis não é considerada uma deficiência significativa. Quanto maior o número de decibéis necessários para que uma pessoa possa responder ao som, maior a perda auditiva. Diante do exposto, existe vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda auditiva.

Pela área da saúde e educacional, o indivíduo com surdez pode ser considerado parcialmente surdo ou surdo. O indivíduo parcialmente surdo ou com deficiência auditiva são pessoas com surdez leve e moderada. A surdez leve apresenta a perda auditiva entre vinte e sete a quarenta decibéis que impede o indivíduo perceber sons distantes e os fonemas das palavras, mas não impede a aquisição normal da língua oral. A pessoa com surdez moderada apresenta perda auditiva entre quarenta e um a setenta decibéis ocasionando atraso de linguagem e alterações articulatórias. Já indivíduo considerado surdo é aquele com surdez severa e profunda. A surdez severa apresenta perda auditiva entre setenta e um a noventa decibéis e o indivíduo consegue ouvir apenas sons próximos. E por fim a surdez profunda é a perda superior a noventa e um decibéis privando o indivíduo de informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedido-o de adquirir a língua oral, nesse caso fazendo-se necessário o uso da língua de sinais.

Esse trabalho direciona a análise do desenvolvimento lingüístico e cognitivo das crianças com surdez profunda, ou seja, que necessitam da língua de sinais como meio de comunicação e, portanto possui características próprias no seu desenvolvimento global e na sua aprendizagem.

Os indivíduos adultos com surdez profunda consideram que o termo “surdo” não se refere simplesmente a pessoas com perda auditiva, mas sim ao contexto de serem um grupo que se comunica essencialmente pela experiência visual percebendo o mundo através dessas experiências e opta por utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda.

A história revela conflitos no processo de compreensão da surdez considerada como maldição, loucura ou patologia. A visão da sociedade ouvinte sobre a surdez é geralmente associada à afecção ou doença, e muitas vezes relacionam a surdez com a deficiência mental. Essa visão patológica da surdez pela sociedade ouvinte gera condições de exclusão e discriminação, colocando os surdos à margem do mundo social, político, econômico, educacional e cultural. Tal exclusão impede os surdos de exercerem sua cidadania e os impõe as determinações dos ouvintes sobre questões educacionais e sobre sua integração no mercado de trabalho, nunca considerando o crescimento e auto-realização da pessoa surda nas dimensões morais, intelectuais e espirituais.

A surdez ainda esta associada à experiência de falta, a deficiência. A própria idéia de deficiência denota desvantagem que o indivíduo deve suportar e nesse sentido o surdo deve suportar uma desvantagem na sua relação com o mundo circundante, ou com o mundo ouvinte. Skliar salienta a importância de se “optar pelo caminho em que a surdez é vista como uma diferença política e uma experiência visual e, assim, pensarmos as identidades surdas a partir do conceito de diferença, e não de deficiência (...) A surdez como diferença nega uma atribuição puramente externa do ser surdo a uma característica marcante, como, por exemplo, não ouvir” (SKLIAR, 2000, p. 20).

Percebida e aceita a surdez como diferença o indivíduo surdo deve ser compreendido mais claramente em suas angústias, expectativas e demandas individuais e sociais. As barreiras comunicativas criam uma incompreensão das estruturas mentais do surdo embora se saiba

que a pessoa surda é capaz de ter um desenvolvimento cognitivo compatível e aprender habilidades como qualquer ouvinte. A ênfase não deve ser dada à falta / deficiência da audição, mas a dimensão lingüística e cultural, ou seja, na diferença, porque nela se baseia a essência psico-social da surdez. O surdo não é diferente porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicológicas e culturais diferentes das dos ouvintes, baseadas na experiência visual que envolve uma diferença na questão de significado ou de formas de ser surdo e formas de ser ouvinte. A pessoa surda é alguém que vivencia a falta da audição num mundo de sons que a impede de adquirir naturalmente a língua oral usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade baseada nessa diferença, utilizando estratégias cognitivas, comportamentais e culturais diferentes da maioria dos ouvintes.

A opressão vivenciada pelos surdos ao longo da história conduz a questionamentos a cerca da sua identidade. Quando se questiona quem sou eu, há uma busca de referência no outro que me nomeou, neste sentido, nos ouvintes, se colocando numa situação de carência ou subordinação. Por outro lado no momento que os surdos se perguntam à cerca de sua identidade, o pouco sentido da pergunta encontra excesso de sentido na resposta. O excesso de sentido na resposta sobre a identidade dos surdos atualmente tem gerado muitas discussões e estudos. A identidade dos surdos é o conjunto de traços que os distinguem dos ouvintes representada por uma cultura específica resultante das interações entre os surdos. Miranda mostra a importância dessas interações na construção da subjetividade e identidade dos surdos:

“Considerando que a cultura surda mostra uma nostalgia curiosa em relação a uma comunidade imaginária e que é barbaramente ou profundamente transformada, senão destruída no contato com a cultura hegemônica, ela age como reguladora da formação da identidade surda, que se reaviva novamente no encontro surdo-surdo. Este encontro é um elemento chave para o modo de produção cultural ou de identidade, pois implica num impacto na vida interior, e lembra da centralidade da cultura na construção da subjetividade do sujeito surdo e na construção da identidade como pessoa e como agente pessoal” (MIRANDA, 2001).

No sentido aqui abordado, cultura é a forma global de vida ou a experiência vivida de um grupo social, “é definida como um campo de forças subjetivas que se expressa através da linguagem, dos juízos de valor, da arte, das motivações etc., gerando a ordem do grupo, com seus códigos próprios, suas formas de organização, de solidariedade” (SÁ, 2006, p. 110).

A cultura surda não é simplesmente determinada pelo que os surdos fazem juntos e de que maneira distinta fazem isso, ao contrário, a cultura dos surdos é entendida como um campo de lutas entre diferentes grupos sociais, em torno da significação do que sejam surdez e os surdos no contexto social global. E vai além desse aspecto, pois a cultura dos surdos é determinada pela experiência de vida.

“Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. Elas são de outra ordem, uma ordem com base visual e por isso tem características que podem ser ininteligíveis aos ouvintes. Ela se manifesta mediante a coletividade que se constitui a partir dos próprios surdos” (QUADROS, 2002).

O surdo percebe o mundo de forma diferenciada dos ouvintes, através de uma experiência visual e faz uso de uma linguagem específica para isso, a língua de sinais. A língua de sinais é antes de tudo imagens do pensamento dos surdos e faz parte da experiência vivida da comunidade surda. Como artefato cultural, a língua de sinais também é submetida à significação social a partir de critérios valorizados, sendo aprovada como sistema de linguagem rica e independente. Um outro aspecto importante da cultura dos surdos é a adoção de uma ética da vida em seus comportamentos, pois para os surdos, o que valida a ação é se ela atende ou não aos objetivos e necessidades básicas da vida, ou seja, sobrevivência, prazer e saciação.

Concluimos que a cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos constituem grupos sociais que têm interesses, objetivos, lutas e direitos em comum, e ainda terão de lutar por muito tempo para mudar a visão social ouvinte da surdez e, sobretudo para exercer plenamente sua cidadania e liberdade de decidir. Daí a importância da formação consciente das crianças surdas, que a partir do acesso a sua língua natural terá possibilidades distintas no seu desenvolvimento global, equipando-se para a busca da sua cidadania.

2 - PECULIARIDADES DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA SURDA: SOCIOINTERACIONISMO E A SURDEZ

É precisamente a alteração da natureza pelos homens, e não a natureza como tal, que constitui a base essencial e imediata do pensamento humano.

Friedrich Engels

Dialética da Natureza

Estudiosos e pesquisadores da surdez acreditam que os surdos passam por muitas dificuldades no decorrer de suas vidas, tanto no aspecto social como no psicológico e acadêmico. Consideram que tais dificuldades estão diretamente relacionadas com a questão do desenvolvimento lingüístico, porque ao sofrer um atraso de linguagem, mesmo aprendendo tardiamente uma língua, a criança surda sempre terá conseqüências como problemas emocionais, sociais e cognitivos, pois só com a linguagem simbólica é possível operar funções mentais superiores e o atraso na aquisição da linguagem produz retardo no desenvolvimento cognitivo. Esta relação entre desenvolvimento lingüístico e cognição coloca o conceito de linguagem além da função comunicativa, mas também como função de regular ou organizar o pensamento, assumindo a linguagem um papel essencial para o desenvolvimento cognitivo.

A abordagem que estuda a linguagem sob a óptica social que influencia no desenvolvimento do indivíduo é a psicologia socio-interacionista de Vygotsky.

Vygotsky desenvolveu seu estudo baseado na relação entre pensamento e linguagem pesquisando essas funções em suas origens. Levantou questões sobre a aquisição da linguagem, colocando o indivíduo num contexto social e histórico, bem como faz a relação entre o desenvolvimento e aprendizagem. Essas questões conduzem a aspectos complexos sobre a compreensão dos processos de aquisição da linguagem por crianças surdas e especialmente sobre o seu desenvolvimento cognitivo e sua aprendizagem.

No decorrer do texto será descrito a psicologia sóciointeracionista de Vygotsky, com enfoque principal nas questões relacionadas à aquisição da linguagem como embasamento teórico para paralelamente refletir e analisar as conseqüências cognitivas, acadêmicas, e sociais sofrida pelas crianças surdas em decorrência do atraso na aquisição da linguagem devido essas crianças não terem acesso espontâneo e precoce à língua de sinais, a modalidade lingüística de que é capaz de adquirir naturalmente.

2.1 – LINGUAGEM E PENSAMENTO NO SOCIOINTERACIONISMO DE VYGOTSKY

A psicologia experimental de Vygotsky ao descrever o processo de desenvolvimento com bases biológicas e culturais da cognição humana, desvenda as relações entre linguagem e pensamento. Essa relação entre a linguagem e o pensamento orienta na investigação da capacidade da criança de produzir a cognição como uma construção resultante das interações entre o aparato biológico e o meio físico e social a partir de uma experiência sócio-histórica.

Seu conceito sobre mediação simbólica é importante para a compreensão da origem e do processo de desenvolvimento da linguagem e do pensamento. Vygotsky dedicou-se ao estudo

das funções mentais superiores, ou seja, os mecanismos psicológicos mais complexos típicos do ser humano. Apenas o homem possui o pensamento abstrato ou é capaz de pensar em objetos ausentes, imaginar eventos, planejar ações. Essa atividade psicológica acontece através da mediação, sendo o principal elemento de mediação os signos. Neste sentido a relação entre o homem e o mundo não acontece de forma direta, mas mediada por sistemas simbólicos, sendo a linguagem, uma construção cultural da humanidade, o sistema simbólico básico das sociedades e o principal aspecto para a construção da cognição humana.

Passar das percepções sensoriais da interação com o meio físico e social para as idéias abstratas exige a linguagem, que desempenha duas funções básicas:

“A principal função é a de intercâmbio social: é para se comunicar com seus semelhantes que o homem cria e utiliza os sistemas de linguagem (...). Para que a comunicação com outros indivíduos seja possível de forma sofisticada,... é necessário que sejam utilizados signos, compreensíveis por outras pessoas, que traduzam idéias, sentimentos, vontades, pensamentos, de forma bastante precisa. (...) É esse fenômeno que gera a segunda função da linguagem: o de pensamento generalizante. A linguagem ordena o real, agrupando todas as ocorrências de uma mesma classe de objetos, eventos, situações, sobre uma mesma categoria conceitual” (KOHL, 1997, p. 42-43).

A primeira função da linguagem é de comunicação ou intercâmbio social, pois é a necessidade de comunicação que impulsiona inicialmente o desenvolvimento da linguagem. A segunda função da linguagem é organizar o pensamento e a atividade mental, pois a linguagem ordena o real, constituindo a mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

O desenvolvimento da linguagem e do pensamento tem origens diferentes até ocorrer uma estreita ligação entre esses dois fenômenos. Assim, existe uma trajetória da linguagem independente do pensamento, considerada como fase pré-intelectual do desenvolvimento da linguagem, e a trajetória do pensamento desvinculado da linguagem, ou seja, a fase pré-verbal do desenvolvimento do pensamento. Num determinado momento do desenvolvimento da criança essas duas trajetórias se unem dando início a uma nova forma de funcionamento psicológico em que a linguagem se torna racional, com função simbólica, generalizante e o pensamento verbal, mediado por significados dados pela linguagem. Vygotsky encontrou nos significados dados pela linguagem (expresso por palavras) a unidade pertencente tanto à linguagem quanto ao pensamento sendo, portanto que, no significado da palavra, a linguagem e o pensamento se unem.

“O significado da palavra é um fenômeno de pensamento na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só é um fenômeno da fala na medida em que esta é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. É um fenômeno do pensamento verbal, ou da fala significativa, uma união da palavra e do pensamento” (VYGOTSKY, 1989, p. 104).

Uma noção importante de Vygotsky é de que o processo de aquisição da linguagem pela criança segue o sentido do exterior para o interior, ou seja, do meio social para o indivíduo. Isso marca a importância das relações sociais e lingüísticas no desenvolvimento da criança. Nas palavras de Vygotsky:

“A natureza do próprio desenvolvimento se transforma do biológico para o sócio-histórico. O pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inato, mas é determinado por um processo histórico cultural e tem propriedades e leis específicas” (VYGOTSKY, 1989, p. 44).

Dada a importância das relações sociais e lingüísticas no desenvolvimento da criança, os casos de atraso de linguagem pode também ser analisado sobre a óptica do meio social. Especificamente nas crianças surdas, os problemas comunicativos, e conseqüentemente as questões relacionadas à cognição, não tem origem na própria criança, mas no meio social em que ela está inserida, que freqüentemente não é adequado, pois não utiliza a língua que essas

crianças tenham condições de adquirir naturalmente, que é a língua de sinais.

Transitar das experiências sensoriais para conceitos abstratos exige linguagem. Durante seu desenvolvimento, a criança adquire inconscientemente informações lingüísticas pelo uso das palavras. A criança surda, por está no meio social que faz uso da língua oral, é privada de informações lingüísticas. A dificuldade de acesso a um código simbólico ou a sua língua natural, mantém sua atividade cognitiva orientada pelas percepções dos outros órgãos do sentido produzindo um tipo de pensamento mais concreto, já que é por meio da linguagem que ela pode desvincular-se cada vez mais do concreto e internalizar conceitos abstratos.

Devido a esse pensamento concreto, as pessoas ouvintes sempre consideraram os surdos como incapazes intelectualmente ou relacionam a surdez com a deficiência mental. Os surdos que não adquirem uma língua têm dificuldades de perceber as relações e o contexto mais amplo das atividades em que está inserido. Embora se saiba que as dificuldades cognitivas desses surdos são conseqüências do atraso na linguagem ainda percebe-se situações em que o surdo é tratado com incapaz. É importante que a sociedade ofereça condições dignas de sobrevivência para os surdos, começando por criar ambientes que permitam o desenvolvimento dos surdos em todas as suas potencialidades.

2.2 – AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E A CRIANÇA SURDA.

A aquisição da linguagem oral pela criança ouvinte é um processo natural que ocorre como se não existissem regras ou etapas. Porém, sabe-se hoje que este é um processo longo e gradativo que vai se desenvolvendo pouco a pouco numa seqüência que chega a linguagem constituída.

O processo de aquisição da linguagem é evolutivo e começa por uma etapa motora manifestada pelos primeiros sons emitidos pelo bebê, ainda sem nenhuma intenção de comunicação. A partir da interação com o meio em que está inserido, essas manifestações vão adquirindo significado conferidos pela mãe, por exemplo, quando o bebê chora é amamentado, criando um significado de fome para o choro. A partir do momento que o bebê compartilha desses significados, suas ações motoras passam a ter uma função comunicativa. Tanto bebês ouvintes como bebês surdos apresentam essa capacidade comunicativa no sentido de decodificar tais sinais significativos, os ouvintes pela audição e os surdos pela visão.

A criança começa a desenvolver a própria fala a partir da fala do adulto que estimula a comunicação e o desenvolvimento intelectual. Vygotsky pontua que o início do desenvolvimento cognitivo é intersíquico, pois surge da relação entre o psiquismo do adulto e da criança. Nesse processo a compreensão do que é falado e do que acontece à volta da criança ocupa um importante papel, pois primeiro ela entende as situações para depois ser capaz de expressar-se oralmente.

Por volta dos dois anos a criança começa a utilizar a fala social como função de comunicação, aumentando a complexidade e a internalização das estruturas lingüísticas. É importante considerar que a idade de aquisição do Sinal da língua de sinais para a criança surda tanto quanto da fala nas línguas orais para a criança ouvinte, interfere na fluência e na gramática.

O processo de internalização em que a criança passa a substituir a fala do adulto na realização de tarefas por sua própria fala, denominado de fala egocêntrica, é quando a criança fala alto para si mesma independente da presença de interlocutores. Segundo Marta Kohl “a fala egocêntrica acompanha a atividade da criança, começando a ter uma função pessoal, ligada às necessidades do pensamento. É utilizada como apoio ao planejamento de seqüências a serem seguidas, como auxiliar na solução de problemas” (KOHL, 1997, p. 52). A fala egocêntrica diminui gradativamente, cedendo lugar para a fala interior que é basicamente uma cadeia de significados, de generalizações. Nessa etapa a criança não precisa mais da do auxílio da

verbalização para organizar as suas atividades, ela as planeja internamente, utilizando o pensamento verbal.

A aquisição da linguagem provoca um padrão de desenvolvimento cognitivo que no caso das crianças surdas é com base principalmente nas experiências sensoriais da visão. Toda a cognição é determinada pela linguagem e nesse sentido percebe-se o quanto à criança surda que sofre atraso na aquisição da linguagem fica em desvantagem em relação às crianças que adquirem a linguagem naturalmente. Aqui surgem questões relacionadas aos seus pensamentos: organizam de forma diferente? Há o desenvolvimento das falas egocêntrica e interior? A linguagem assume todas as suas funções?

Muitas pesquisas evidenciaram que crianças surdas procuram criar e desenvolver alguma forma de linguagem, mesmo não sendo expostas a nenhuma língua de sinais. Essas crianças desenvolvem espontaneamente um sistema de gesticulação manual, simbolizando e conceituando, pois convivem socialmente, interagem e se comunicam de alguma forma. Entretanto há uma diferença, pois a falta de acesso a uma língua estruturada diminui a qualidade e quantidade de informações, levando o surdo a compreender e expressar assuntos do contexto vivenciado no momento.

Há pesquisas que também tratam da linguagem egocêntrica (linguagem egocêntrica substituindo fala egocêntrica) das crianças surdas. Em brincadeiras, as crianças surdas emitem sinais característicos da linguagem egocêntrica como tempo de reação, articulação silenciosa dos lábios, expressões corporais e mímica oro-facial. Portanto, a criança surda organiza seu pensamento a partir dos signos criados para comunicar-se com a família.

“A criança surda possui fala egocêntrica na mesma proporção que desenvolve sua fala social, em outras palavras, o instrumental lingüístico que a criança surda domina socialmente será utilizado também para pensar, mas se a criança não se desvincula do ambiente concreto ela não terá condições favoráveis de desenvolver as funções organizadora e planejadora da linguagem satisfatoriamente” (GOLDFELD, 2002, p. 63).

É importante considerar também que a criança surda com atraso na linguagem possui menos elementos para desenvolver a fala egocêntrica e interior, não se referindo apenas a quantidade de vocábulos que a criança domina, mas também ao grau de generalização das palavras.

2.3 – DESENVOLVIMENTO, APRENDIZAGEM E A SURDEZ.

Vygotsky analisa ainda as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, enfatizando a importância dos processos de aprendizagem. A aprendizagem não é um dos processos de desenvolvimento, mas é um aspecto necessário do processo de desenvolvimento das funções psicológicas. Isso não quer dizer que a aprendizagem de determinado conteúdo é que irá impulsionar o desenvolvimento de determinadas funções mentais, pois conforme Vygotsky diz:

“A mente não é uma rede de capacidades gerais como observação, atenção, memória, julgamento etc., mas um conjunto de capacidades específicas, cada uma das quais, de alguma forma, depende das outras e se desenvolve independentemente. O aprendizado então é a aquisição de capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas” (VYGOTSKY, 1989b, p. 93).

Existe ainda um percurso do desenvolvimento que é definido pela maturação do organismo, entretanto a aprendizagem é que possibilita processos internos de desenvolvimentos determinados pelo contato do indivíduo com o meio físico, social e cultural. O ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento, que ocorre a partir de situações propícias a aprendizagem. Marta Kohl exemplifica isso da seguinte maneira:

“Uma criança normal que crescesse em um ambiente exclusivamente formado por surdos-mudos não desenvolveria a linguagem oral, mesmo que tivesse todos os requisitos inatos necessários para isso. Fenômeno semelhante ocorre com os vários casos das chamadas “crianças selvagens”, que são crianças encontradas em isolamento, sem contato com outros seres humanos. Mesmo em idade superior à idade normal para a aquisição da linguagem, não havia aprendido a falar. O desenvolvimento fica impedido de ocorrer na falta de situações propícias ao aprendizado” (KOHL, 1997, p. 57).

O outro social tem papel importante no desenvolvimento do indivíduo e a aprendizagem liga o desenvolvimento à relação com o ambiente sócio-cultural, pois o desenvolvimento não segue o fator biológico natural, mas está relacionado intimamente com as formas sócio-históricas que a criança está exposta. A aprendizagem da criança passa por um momento intersíquico, através das relações da criança com as pessoas no ambiente que vive. Esse momento corresponde ao nível de desenvolvimento potencial, ou seja, a capacidade da criança de resolver problemas, mas com a orientação do outro. Um segundo momento da aprendizagem é intrapsíquico, que ocorre após a internalização, correspondendo ao nível de desenvolvimento real ou nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de etapas de desenvolvimento já alcançadas, que está relacionado aos problemas ou tarefas que a criança é capaz de realizar sozinha. Aqui entra um conceito importante da teoria de Vygotsky, o conceito de zona de desenvolvimento proximal definida como “a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial (...), define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, ao invés de frutos do desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1989b, p. 97).

A aprendizagem está associada ao ambiente social que a criança vive e por iniciar-se pelas relações interpessoais, necessita, na maioria das vezes, da linguagem. Então, obviamente, o atraso na aquisição da linguagem causa atraso na aprendizagem e no desenvolvimento que é direcionado e impulsionado pela aprendizagem. Mais uma vez percebe-se a desvantagem do surdo que sofre atraso na aquisição da linguagem. Por não ter acesso a conceitos, sua aprendizagem é difícil e o seu desenvolvimento segue por caminhos diferentes das crianças ouvintes. Vygotsky afirmou que a surdez é a deficiência que causa maiores danos ao indivíduo porque atinge exatamente a linguagem que está associada à aprendizagem e, por extensão, ao desenvolvimento.

As dificuldades dos surdos ocorrem basicamente pelo fato de viverem em ambientes que utilizam as línguas orais-auditivas e a falta da audição lhes impossibilitam de adquiri-la espontaneamente. Entretanto, as pessoas surdas desenvolveram, como já salientado, uma língua de modalidade viso-motora que possibilita sua comunicação e, certamente, desempenha também a função generalizante e organizadora do pensamento. Portanto, podemos concluir que a dificuldade do surdo não é de base orgânica, mas conforme comentado anteriormente, tem base no fator social que não utiliza a modalidade lingüística da qual o surdo tem possibilidades de adquirir naturalmente. Por isso podemos pensar que se as crianças surdas que nascerem e crescerem num ambiente em que as pessoas utilizem a língua de sinais para se comunicar, terão por consequência, uma situação do ambiente sócio-cultural propícia para a aquisição espontânea da linguagem e extensivamente possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento global.

Goldfeld cita um caso descrito por Sacks de uma ilha em Massachusetts, que tinha uma população com vinte e cinco por cento de surdos, devido a uma mutação genética. Praticamente todas as famílias dessa ilha tinham um membro surdo e por isso toda a comunidade aprendeu a língua de sinais. Esses surdos tiveram um acesso natural a sua língua e por isso desenvolveram suas capacidades intelectuais normalmente e realizavam atividades como todos os ouvintes da comunidade (GOLDFELD, 2002, p. 82-83).

Percebemos, então que a surdez não deveria prejudicar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, e muito menos deveria ser encarada como uma deficiência que incapacita o indivíduo. Essas são características culturais da sociedade ouvinte que conduz a discriminação e marginalização dos surdos. O acesso natural à língua de sinais proporciona a aprendizagem e o desenvolvimento por caminhos também naturais. Vygotsky concluiu que as crianças surdas deveriam ter acesso à língua de sinais da mesma forma que as crianças ouvintes, ou seja, de forma natural, espontânea, seguindo as mesmas etapas. Isso poderá acontecer se a criança surda viver num ambiente em que as pessoas que convivem com ela utilizem a língua de sinais, neste caso em especial, a família e a escola.

2.4 – A SURDEZ NO CONTEXTO DA FAMÍLIA E DA EDUCAÇÃO

O primeiro grupo social que recebe a criança surda é a família. A espera de um bebê gera expectativas que na descoberta da surdez causa uma situação de luto, pois as expectativas se destroem. Os pais demoram de aceitar a surdez do filho, negando-a, devido à condição de preconceito. Por isso é importante conscientizar a família de que essa criança é não é apenas surda, mas alguém com características próprias, com uma perda auditiva, um indivíduo como qualquer outro. A situação é agravada, no decorrer do desenvolvimento da criança, pelas barreiras comunicativas.

Como vimos, é importante para o desenvolvimento global da criança surda que ela tenha acesso à língua de sinais no ambiente social que ela vive, especialmente o ambiente familiar e também o escolar. Como maioria das crianças surdas nasce em famílias de pais e irmãos ouvinte, muitas vezes existe a ausência de compromisso quanto à atenção sobre o desenvolvimento lingüístico dessa criança na modalidade da língua de sinais. Essa ausência de compromisso é evidenciada justamente pela não criação, no ambiente familiar, de situações lingüísticas apropriadas para a criança surda ter acesso natural à língua de sinais da qual ela tem possibilidades de adquirir. Essas famílias muitas vezes desenvolvem meios de comunicação através de sinalizações simples, não convencionais, criados por eles mesmos numa espécie de gestos caseiros que servem apenas para resolver problemas da vida diária na casa. O não acesso aos sinais convencionais da língua de sinais prende a criança as questões do momento, ou seja, do aqui agora, diminuindo suas potencialidades de abstração.

Essa situação se agrava, pois nos outros ambientes sociais que a criança surda frequenta oferece as mesmas condições. Um desses ambientes que merece destaque é a escola que é diretamente responsável pela aprendizagem sistemática de conteúdos sociais importante no desenvolvimento intelectual da indivíduo. O quadro que se apresenta atualmente sobre a educação escolar dos surdos peca no sentido lingüístico. Muitos professores de surdos não conhecem a língua de sinais e por isso as estratégias de ensino-aprendizagem ficam prejudicadas. Então, é importante pensar nas atuais propostas de educação para os surdos e por extensão, nas políticas de inclusão dos surdos na rede regular de ensino.

O desenvolvimento acadêmico dos surdos tem sido um objeto de preocupação dos educadores. Determinações constitucionais prevêem organização especial de currículos, desenvolvimento de métodos técnicas e recursos educacionais, além de professores especializados e capacitados. Em particular a questão da surdez, trata-se de promover a adequação das ações educacionais a realidade lingüística dos surdos que tem ou deveria ter a língua de sinais como primeira língua. Isso implica na necessidade de uma educação bilíngüe, em escolas inclusivas ou especializadas, com aulas em língua de sinais. Tais ações estão respaldadas, além da Constituição e entre outras, na Lei de Libras nº 10.436/2002 que reconhece a língua de sinais como sistema lingüístico.

Desde a década de noventa a inclusão escolar de alunos portadores de deficiência vem sendo discutida e apresentada como um grande desafio para a educação brasileira. As atuais

políticas nacionais de inclusão escolar estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Brasil (LDB, Lei 9394/1996) que define Educação Especial como modalidade escolar para educandos “portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino (capítulo V, artigo 58). Com o movimento mundial que busca educação de qualidade para todos por meio da Declaração de Salamanca, defende o princípio da inclusão através do reconhecimento das necessidades de uma escola para todos, que celebra as diferenças, apóia as aprendizagens e responde as necessidades individuais. O interessante é que, conforme Quadros, a Declaração de Salamanca algumas linhas de ações especifica buscando reconhecer as diferenças, entre elas, a educação de surdos que devem ter um atendimento específico:

“As políticas educativas deverão leva